

Empregados vão apresentar alternativas à proposta de ACT da Ebserh

No próximo dia 24, representantes dos empregados da Ebserh tem uma nova rodada de negociações com a administração da empresa na busca de consensos para o ACT 2020/2021 da categoria. Em reunião nessa quarta-feira, 11, Condsef/Fenadsef, FNE, Fenam e Fenafar informaram a decisão da categoria, por maioria absoluta, em rejeitar alterações e inclusão de cláusulas feitas pela empresa e que representam um retrocesso em direitos importantes assegurados no atual ACT. "Nosso objetivo principal é apostar no diálogo e na busca por consensos e vamos debater com os empregados alterações que poderão ser propostas ao texto apresentado pela empresa que foi veementemente rejeitado pela maioria por retirar inúmeros direitos considerados fundamentais", pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Em plenária nacional feita pela entidade no último sábado, os empregados também aprovaram uma nota de repúdio enviada ao presidente da Ebserh sobre a tentativa de representantes da empresa de anular a legitimidade da representação de seus empregados. As demais entidades representativas da categoria referendaram a nota. "Os empregados querem uma retratação da empresa que tentou descredibilizar e anular a atuação das entidades afirmando que os empregados não foram comunicados sobre proposta de insalubridade feita pela empresa", destacou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Ocorre que as entidades



possuem diversas atas de assembleias que provam o contrário do que afirmaram representantes da Ebserh. Caso a empresa não apresente provas dessas afirmações, medidas judiciais cabíveis deverão ser tomadas para que a empresa responda em juízo pela situação. A assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef acompanha de perto a situação.

'A Ebserh quer retirar direitos'

Ao longo dessa semana a Condsef/Fenadsef vem divulgan-

do uma série de cards alertando os empregados da Ebserh para o que representam as alterações propostas pela empresa para o ACT 2020/2021 e que retiram direitos da categoria. "O engajamento e a participação de todos os empregados e empregadas da Ebserh nesse processo é fundamental para assegurarmos que nenhum retrocesso e nenhum direito seja retirado no ACT 2020/2021 como pretende a empresa", reforçou Sérgio Ronaldo.

Fonte: Condsef





‘Fantástico’ põe ‘covardemente’ a culpa da crise em Dilma, diz Tereza Campello

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nos dois mandatos da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), Tereza Campello, criticou duramente o Fantástico do último domingo (8), em participação no programa Meia Hora com Instituto Lula, veiculado em canal do Youtube. Na reportagem, o dominical da TV Globo descreve um cenário em que a pobreza diminuiu no país até que “chegou a crise”: “Era o governo Dilma Rousseff”, narra a repórter Sônia Bridi.

“O Fantástico tenta covardemente atribuir a Dilma um conjunto de erros que acontecem após o governo dela e já durante o (processo de) impeachment (em 2016)”, diz. “O maior de todos é tratar (os anos 2010) como uma ‘década perdida’ no combate à pobreza e à desigualdade. É uma injustiça com a história do Brasil”, afirmou a ex-ministra.

Ela apresentou um gráfico com dados do IBGE para mostrar que, segundo critérios das Nações Unidas, em 1995, quando começou o governo de Fernando Henrique Cardoso, o número de pessoas em situação de pobreza era de 34,5 milhões de pessoas no país. Entre 1995 e 2003, quando iniciou o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, esse número chegou a 42 milhões.

Nos governos Lula e Dilma Rousseff, a pobreza caiu de maneira sistemática até 2014, chegando a aproximadamente a 14 milhões de brasileiros. Tereza observa que esse é o número mais baixo da história do país, justamente ao

longo do período que o economista Pedro Ferreira de Souza, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entrevistado pelo Fantástico, classifica de “década perdida”, os anos 2010. A extrema pobreza, onde estavam 5 milhões de brasileiros em 2014, hoje ultrapassa 10 milhões de pessoas.

A pobreza continuou caindo mesmo depois de o mundo entrar em grave crise financeira, em 2008. As desigualdades começam a crescer novamente no país em 2015, “quando Dilma já estava sob boicote e o governo, atacado”, afirmou Tereza. “Nenhum projeto, inclusive o que tentava atualizar o Bolsa Família, foi aprovado. Não aprovamos nada (no Congresso) em 2015 e o Brasil entrou em situação difícil.” A partir de 2017, a pobreza chegou a 21 milhões de pessoas.

2014: Brasil sai do Mapa da Fome

Para Tereza, embora afirme tratar do período de uma década, o Fantástico ignora o período em que houve queda da desigualdade e “elimina do debate” sobre o fato de que 2014 foi o ano em que a pobreza registrou os menores índices da história do Brasil. Naquele ano, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, de acordo com relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

De 2002 a 2013, a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação caiu 82%. O resultado foi consequência da expansão de 10% na oferta de alimentos, aumento real de 71,5% do salário mínimo e criação de 21 mi-

lhões de empregos, assim como do Programa Bolsa Família, entre outros.

Quando desconsidera o período de Dilma, a TV Globo “joga fora 1 milhão de cisternas feitas pela presidenta, 1 milhão de habitações do Minha Casa Minha Vida para a faixa 1, a mais pobre. Joga fora um conjunto de conquistas do povo brasileiro”, afirma Tereza Campello.

Globo mente

“Para quem vê a matéria da Globo, parece que o Bolsa Família foi reduzido com Dilma. Mentira. Não aconteceu redução dos valores, nem da população atendida ao longo do nosso governo. No governo Temer, eles começam a ‘estocar’ quem entra. Só sai gente do Bolsa Família, não entra mais ninguém”, afirma a ex-ministra do Desenvolvimento Social.

O programa da TV Globo entrevistou, entre outros, o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, que esteve à frente da instituição de 1999 a 2002, último ano do governo FHC. Fraga defendeu um sistema tributário em que “os mais ricos paguem proporcionalmente mais” impostos.

“Mas quando ele foi presidente do BC, foi o período de maior aumento da pobreza extrema”, disse Tereza. Segundo o gráfico apresentado pela ex-ministra no Meia Hora com Instituto Lula, havia pouco mais de 15 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza em 2001, cerca de 9 milhões a mais do que em 2014.

Fonte: CUT